

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE ANGRA DOS REIS - IEAR
POLÍTICAS PÚBLICAS

MARIA CAROLINA FARNEZI DUTRA

**CONSTRUINDO UM OUTRO PROJETO DE SOCIEDADE ATRAVÉS DO
CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE E DO FEMINISMO NEGRO:
NARRATIVAS NEGRAS E DECOLONIAIS ACERCA DA CONSTRUÇÃO DE
GÊNERO E RAÇA**

ANGRA DOS REIS
2019

MARIA CAROLINA FARNEZI DUTRA

**CONSTRUINDO UM OUTRO PROJETO DE SOCIEDADE ATRAVÉS DO
CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE E DO FEMINISMO NEGRO:
NARRATIVAS NEGRAS E DECOLONIAIS ACERCA DA CONSTRUÇÃO DE
GÊNERO E RAÇA**

Trabalho de Conclusão Curso – TCC apresentado à
banca examinadora da Universidade Federal Fluminense
- UFF de Angra dos Reis, como exigência parcial para
obtenção do título de Bacharelado em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Rafael Barros Vieira

ANGRA DOS REIS
2019

MARIA CAROLINA FARNEZI DUTRA

**CONSTRUINDO UM OUTRO PROJETO DE SOCIEDADE ATRAVÉS DO
CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE E DO FEMINISMO NEGRO:
NARRATIVAS NEGRAS E DECOLONIAIS ACERCA DA CONSTRUÇÃO DE
GÊNERO E RAÇA**

Trabalho de Conclusão Curso – TCC apresentado à
banca examinadora da Universidade Federal Fluminense
- UFF de Angra dos Reis, como exigência parcial para
obtenção do título de Bacharelado em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Rafael Barros Vieira

Aprovada em: _

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rafael Barros Vieira

Prof. Dr. Fabiano Dias Monteiro

Profa. Dra. Caroline Rocha dos Santos

ANGRA DOS REIS
2019

Ficha catalográfica automática - SDC/BIAR
Gerada com informações fornecidas pelo autor

D978c Dutra, Maria Carolina Farnezi
Construindo um outro projeto de sociedade através do conceito de interseccionalidade e do feminismo negro : narrativas negras e decoloniais acerca da construção de gênero e raça / Maria Carolina Farnezi Dutra ; Rafael Barros Vieira, orientador. Angra dos Reis, 2019.
42 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Políticas Públicas)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de Educação de Angra dos Reis, Angra dos Reis, 2019.

1. Mulher negra - Aspecto social. 2. Feminismo. 3. Identidade social. 4. Descolonização. 5. Produção intelectual. I. Vieira, Rafael Barros, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Educação de Angra dos Reis. III. Título.

CDD -

AGRADECIMENTOS

Antes de qualquer coisa, eu expresso aqui a minha gratidão às mulheres que teceram esta monografia junto à mim, que se dispuseram a me ajudar, ouvir e narrar suas histórias de forma tão bonita e atenciosa, este escrito tem muitas mãos pretas como manto. Não só àquelas que doaram seu tempo para contar suas vivências, mas também àquelas que ouviram, me confortaram quando a ansiedade dava às caras. E não teria como finalizar tal agradecimento sem reconhecer a disposição e paciência daquele que orienta este trabalho monográfico.

Obrigada!

Vozes-mulheres

A voz de minha bisavó ecoou criança

nos porões do navio.

ecoou lamentos de uma infância perdida.

A voz de minha avó ecoou obediência

aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta

no fundo das cozinhas alheias

debaixo das trouxas roupagens sujas dos brancos

pelo caminho empoeirado rumo à favela.

A minha voz ainda ecoa versos perplexos

com rimas de sangue e fome.

A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes

recolhe em si as vozes mudas caladas engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato.

O ontem – o hoje – o agora.

Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância

o eco da vida-liberdade.

Conceição Evaristo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. As trombadas.....	15
-----------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COMPIR	Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DJSP	Departamento de Justiça e Segurança Pública
EUA	Estados Unidos da América
IBCCRIM	Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IML	Instituto Médico Legal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITTC	Instituto Terra, Trabalho e Cidadania
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MNU	Movimento Negro Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
SAPÊ	Sociedade Angrense de Proteção Ecológica
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

Esta monografia tem o intuito de se debruçar não só na construção e avaliação de políticas públicas para mulheres negras, mas compreendê-las a partir da ótica interseccional, para traçar uma releitura da categoria política mulher negra no Brasil. Mas principalmente suscitar uma reflexão decolonial que discuta gênero por outras epistemes, acarretando numa revisão bibliográfica que reconheça as diferentes lugares sociais de cada sujeito e suas identidades. Ou seja, a pergunta que deve ser feita é “As políticas para a redução de desigualdade entre mulheres negras são de fato eficazes?” Mas para além disso, é fundamental visibilizar intelectuais negras para elaboração de suas autodefinições, para compreensão da vivência como critério de significação, para assim explorar a potência de um projeto revolucionário que a interseccionalidade pode representar, usando como estratégia o evidenciamento do *locus* de proposição preta afrodiaspórica, pautando inclusive a amefricanidade, conceito introduzido por Lélia Gonzalez. Princípio tais urgências para que se reflita a máxima de que não há construção de política pública sem se levar tais conceitos em consideração.

Palavras-Chave: Interseccionalidade. Decolonialidade. Gênero. Raça. Feminismo Negro.

ABSTRACT

This monograph intends to look not only for the construction and evaluation of public policies for black women, but to understand them from the intersectional point of view, in order to trace a rereading of the political category black women in Brazil. But mainly propose a decolonial reflection that discusses gender by other epistemologies resulting in a literature review that recognizes the different social places of each subject and their identities. The question that must be asked is: “Are policies to reduce inequality among black women really effective?”. But beyond that, it is essential to make female black intellectuals visible in order to elaborate their self-definitions, to understand the experience as a criterion of meaning. This will remain possible to explore the possibilities of a revolutionary project that intersectionality can represent, using it as a strategy of visibility of the locus of the afrodiasporic black proposition, including the concept of amefricanism, introduced by Lélia Gonzalez. I begin such urgencies to reflect on the maxim that there is no construction of public policy without taking these concepts into consideration.

Keywords: Interseccionality. Decoloniality. Gender. Race. Black feminism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 MAS O QUE SÃO AS INTERSECÇÕES E COMO ELAS SE MANIFESTAM?	15
1.1 Introdução ao conceito e sua formulação por Kimberlé Crenshaw	15
1.2 Lélia Gonzalez.....	17
1.3 Racismo, sexismo e a ponte para uma Democracia da Abolição na Perspectiva de Angela Davis.....	19
1.4 Carla Akotirene	23
2 COMPREENDENDO O RACISMO ESTRUTURAL: CONTEXTUALIZANDO AS OPRESSÕES E TECENDO ESCRIVIVÊNCIAS.....	25
2.1 Dina Alves	25
2.2 Marilda Souza.....	29
2.3 Helena da Acácia.....	31
2.4 Jaqueline Máximo Moreira	33
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS	40

INTRODUÇÃO

O objetivo desta monografia parte da visibilização e aprofundamento do conceito de interseccionalidade entre diálogos feministas negros com intelectuais como: Kimberlé Crenshaw, Angela Davis e Lélia Gonzalez, e a contemporânea Carla Akotirene. Para assim gerar um questionamento das políticas públicas vigentes para mulheres negras. Para além, fazer uma avaliação conceitual e prática da interseccionalidade nas políticas públicas brasileiras, concomitante à uma revisão epistemológica e feminista das mesmas. O objetivo é visibilizar a urgência da interseccionalidade enquanto premissa de um processo transitório entre regulação real das instituições para dirimir disparidades e suscitar a importância de se fazer política de maneira contra-hegemônica e deveras libertária.

A interseccionalidade é um conceito cunhado por Kimberlé Williams Crenshaw. Professora de Direito da Universidade da Califórnia e da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, e uma importante pesquisadora e ativista norte-americana nas áreas dos direitos civis, da teoria legal afro-americana e do feminismo. Ela usou este termo pela primeira vez numa pesquisa em 1991 sobre as violências vividas pelas mulheres negras da classe trabalhadora nos Estados Unidos. A partir dessa reflexão se inicia um estudo em que se compreende que a interseccionalidade é, em suma, uma categoria analítica de identidades, levando em conta que as identidades também são estruturantes para a manifestação das opressões numa sociedade capitalista. E só com a compreensão delas e suas intersecções, que as políticas públicas poderão ter essa sensibilidade deveras emancipatória. Uma vez que minha pesquisa acerca da interseccionalidade enquanto episteme preta, tem o objetivo de trazer à tona as perguntas que devem ser feitas como premissa na formulação de políticas públicas: “As políticas sociais para a redução de desigualdade entre mulheres negras são de fato eficazes?”

Em função do atual e histórico contexto político-social do nosso país, no que diz respeito à desigualdade racial e de gênero, as políticas sociais são adotadas por um prisma epistemológico ainda da branquitude, que nos revela uma abordagem superficialmente universal e conseqüentemente racista. Por isso, criar uma outra forma de analisar, ou seja, uma nova ferramenta metodológica é importante, que lide com as vulnerabilidades sociais de cada grupo, a fim de construir políticas que não sejam arraigadas por uma ótica ainda colonizadora, que insiste em tratar os desiguais com uma falsa igualdade, que acaba por contribuir por implementações ineficazes e ainda mais excludentes de Políticas Públicas.

O método de pesquisa pensado será construído através de uma revisão bibliográfica em torno de algumas das principais referências teóricas que trabalham com o conceito de Interseccionalidade a partir da articulação de gênero, raça e classe, contextualizando assim, o conceito da interseccionalidade de Crenshaw e fazendo um breve diálogo com Angela Davis, Lélia Gonzalez, Carla Akotirene, mestra e doutoranda em estudos sobre mulheres, gênero e feminismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em seguida, entrevistarei feministas e intelectuais negras de diversos movimentos sociais que pensam a partir da perspectiva de gênero e raça, acerca de suas lutas, trajetórias e a urgência da construção de políticas públicas para mulheres negras, que estejam estruturadas sob esse viés.

Para desenvolver tal proposta, essas mulheres serão entrevistadas a partir de uma entrevista semi-estruturada para que as trajetórias políticas e pessoais dessas mulheres possam ser compreendidas em relação às intersecções que circundam as vidas de mulheres negras, de forma mais dinâmica.

Por exemplo, o Mapa da Violência mostra que enquanto o homicídio de mulheres negras obteve um aumento de 54,2% entre 2003 e 2013, no mesmo período, o homicídio de mulheres brancas caiu 9,8%. Além disso, a mulher negra também vivencia com maior intensidade a violência contra seus filhos, irmãos e companheiros. Ainda de acordo com o Mapa da Violência de 2012, dos cerca de 30 mil jovens entre 15 e 29 anos assassinados por ano no Brasil, 93% são homens e 77% são negros. São disparidades sociais entre homens e mulheres, negros e brancos, principalmente no que diz respeito ao Brasil, que existe como histórico de quase quatro séculos de escravidão, e que este ano se completa 131 anos de abolição, mas a pergunta que nos suscita o debate, é se de fato estamos libertos? Por conta disso, é imprescindível que a leitura da categoria política mulher não seja homogeneizada, uma vez que cada corpo feminino parte de trajetórias distintas, se transversalizando entre território, raça, classe, orientação sexual, entre outros aspectos políticos e sociais que são determinantes para a manifestação desses corpos na sociedade atual e as opressões que cercam suas existências. O Brasil é um país construído por uma estrutura patriarcal e racista desde sua colonização, que por consequência afeta intensivamente a mulher negra que acaba por carregar duas opressões de carga histórica e que acaba por determinar socialmente seu não-espaco na sociedade.

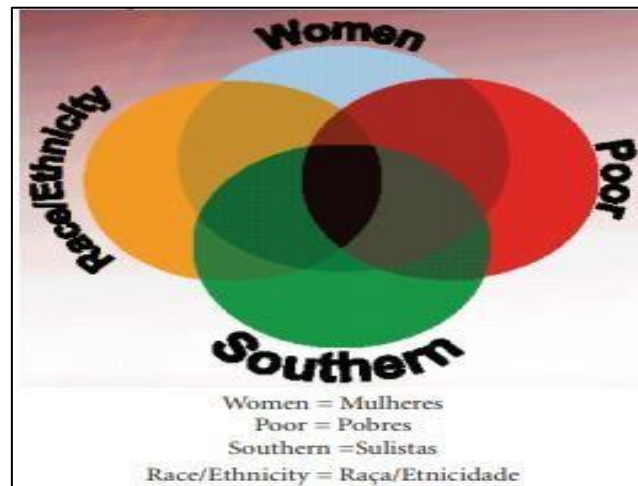
Nesse período do século XX o mundo já havia presenciado duas grandes guerras em nome da conquista e manutenção de território. Inclusive, a Industrialização gerou problemas sociais em torno da estrutura organizacional do capitalismo, forçando-o a se readaptar e convergir com as políticas intervencionistas de Estado, propondo, então, a redução da

desigualdade, porém não o seu fim, através de políticas sociais. Ou seja, tais políticas desenvolvimentistas foram cruciais para o desenho da desigualdade social que é perpetrada até hoje, e que têm gênero e cor. São 130 anos da dita abolição da escravatura, no entanto tais avanços ainda são explicitamente incompatíveis com as desigualdades latentes que mulheres negras ainda têm lidado a partir de sua marginalização econômica, social e simbólica. O que nos leva a concluir que as políticas públicas existentes ainda pecam em relação a não levar em conta as especificidades das mulheres negras, enquanto uma categoria diferenciada e transversal que se expressa de maneira drasticamente distinta, da mulher branca por exemplo, a começar pelos quase quatro séculos de escravidão.

1 MAS O QUE SÃO AS INTERSECÇÕES E COMO ELAS SE MANIFESTAM?

1.1 Introdução ao conceito e sua formulação por Kimberlé Crenshaw

Figura 1. As trombadas.



Fonte: Crenshaw (2004, p. 10)

Crenshaw no início de sua vida acadêmica em Harvard, foi impedida de adentrar o espaço de uma agremiação estudantil pelas portas da frente, com o seu colega, também negro, mas pelo fato de se tratar de uma mulher, tal discriminação foi naturalizada pelo seu companheiro de luta. Outra situação interessante para se refletir e que Crenshaw também publiciza, é o caso do racismo estruturante dentro da General Motors em relação à mulheres negras, que foi o caso do processo movido pela empresa *De Graffen Reed* contra a *General Motors*, por conta da afirmação de diversas mulheres negras estadunidenses acerca da discriminação racial, principalmente no que se referia à mulheres negras, porque segundo elas, a empresa se recusava a contratar mulheres negras. Algo que é comum dentro dos meios industriais, e, para além disso, as opressões de raça e gênero se sobrepunham por diversas vezes, por exemplo, quando contratavam pessoas negras, eram somente homens negros, e quando contratavam mulheres eram exclusivamente mulheres brancas.

A interseccionalidade é uma ferramenta de transição para que se possa pensar um outro projeto de sociedade que leia as subjetividades que também são estruturantes, se faz necessário salientar que ainda que determinadas categorizações, como raça e gênero por exemplo.

Para que as mulheres negras tenham suas demandas e necessidades atendidas, não são suficientes as políticas chamadas universais, ou seja, voltadas para grupos maiores, como por exemplo, as mulheres em geral ou a população negra. Ao contrário, a experiência brasileira e

os dados apontam que as políticas universais para mulheres, por não considerar especificidades e desigualdades entre elas, têm privilegiado as mulheres brancas, especialmente aquelas residentes nos grandes centros urbanos. A presença do racismo e outras desigualdades tem resultado na ascensão de um grupo minoritário de mulheres no acesso às conquistas da luta feminista. Por conta disso, se faz necessário uma análise mais aprofundada das políticas existentes para esta categoria da mulher negra. Para assim avaliar e repensar se as políticas existentes de fato levam em conta essa intersecção entre opressões.

Para Crenshaw (2004, p. 15)

Uma ação é reconhecer que os direitos contra a discriminação interseccional já existem. Quando somos protegidas contra a discriminação racial, somos protegidas contra todas as formas de discriminação racial, não apenas contra as que ocorrem para os homens. E quando somos protegidas da discriminação de gênero, somos protegidas de todas as formas de discriminação de gênero e não apenas das formas que afetam as mulheres da elite que estão protegidas das formas que ocorrem com as mulheres pobres e negras. Precisamos reconfigurar nossas práticas que contribuem para a invisibilidade interseccional. Isso inclui a integração dos diversos movimentos e inclui a nomeação de uma mulher para chefiar a seção que cuida da discriminação racial e não considerar isso incomum de forma alguma. Essas são medidas que podem ser tomadas para quebrar a tendência de pensarmos sobre raça e gênero como problemas mutuamente exclusivos. Precisamos adotar uma abordagem de baixo para cima na nossa coleta de informações. Parar de pensar em termos de categorias, em termos de gênero e de raça, de cima para baixo.

Dialoguei também com Angela Davis, a partir da obra “Mulheres, Raça e Classe”, que nos ajuda a refletir e tecer deveras um projeto político comprometido com uma transformação revolucionária, que nos conduz a uma ideia inicial do que seria a interseccionalidade, quando ela entrelaça os aspectos econômicos, políticos e ideológicos na perspectiva de produção escravista e capitalista no Estados Unidos. E também com Lélia Gonzalez, em seus escritos, enquanto contemporânea brasileira que fala da categoria mulher negra e as opressões que a cercam, dissertando sobre a manifestação do racismo a partir de uma ótica afrolatinoamericana. Em seu texto “Por um feminismo Afrolatinoamericano” ela reflete sua vivência de mulher negra, quando afirma que mulheres negras têm como herança histórica as ideologias classificatórias opressoras, o racismo e o machismo que acabam por se intercruzar. Em outras palavras, o desafio de Lélia foi o de articular dois aspectos diferentes do pensamento social, o de raça e classe com o de sexo e classe. É nessa intersecção analítica que Gonzalez consegue promover no Brasil, a recepção do que viria a ser chamado, uma década depois, de interseccionalidade. Em seus escritos, enxergamos diversas referências às mulheres negras de inúmeras classes sociais e de diferentes regiões geográficas, seja a favela, periferia ou os espaços privilegiados de ascensão social.

Fazer uma avaliação conceitual e prática da interseccionalidade nas políticas públicas brasileiras, concomitante à uma revisão epistemológica e feminista das mesmas é importante para visibilizar a urgência da interseccionalidade enquanto premissa de um processo transitório, que se dá na regulação real das instituições para dirimir disparidades e suscitar a importância de se fazer política de maneira contra-hegemônica e deveras libertária.

Neste sentido me debruçarei acerca da descolonização das políticas públicas. Partindo do pressuposto de que o conceito de interseccionalidade se trata de uma ferramenta metodológica que lida com a alteridade em sua essência. Diria, inclusive, que ela escancara as falhas estruturais em que a branquitude insiste em invisibilizar em seus conceitos de igualdade. Portanto, o conceito, que este ano completa três décadas, é de suma importância no processo avaliativo das políticas que visam contemplar raça e gênero. Vale acrescentar que devido à variedade do número de áreas em que mulheres negras são afetadas pelos cruzamentos de opressões e de que, por conseguinte, necessitam de implementações de políticas públicas.

Dissertar sobre o feminismo negro é fazer uma regressão histórica e lidar com as dores estruturais que permeiam corpos de pessoas pretas que foram desumanizadas em sua gênese para que assim se fizesse a dominação de um povo, para posteriormente universalizá-lo sob a égide do capitalismo e da globalização. Assim publiciza e se aprofunda Achille Mbembe em seu livro “Política da Inimizade”, mais especificamente no capítulo que se debruça sobre a necropolítica (MBEMBE, 2017, p.107-152). O debate racial interseccionado com as questões de gênero e as problemáticas acerca dos modos de existência também compõem lutas políticas contemporâneas. E são contempladas nos estudos e na trajetória de luta de Lélia Gonzalez, feminista negra brasileira que sempre mobilizou não só em sua produção do conhecimento, como também em espaços autônomos de suas vivências.

1.2 Lélia Gonzalez

Lélia Gonzalez, antropóloga, filósofa e feminista negra evoca a necessidade de um feminismo afrolatinoamericano com o objetivo de extinguir essa visão de mundo eurocêntrica e neocolonial que é forjado o feminismo liberal. Não à toa enquanto um país colonizado que somos, temos uma constituição ainda arcaica e com resquícios da escravidão apesar da constituinte de 1988. Saliento isso, porque existem leis fundamentais que são apenas letras mortas, de cunho formal e cristão. Uma vez que ainda que no artigo 5º da constituição, afirme que “Somos todos iguais perante a Lei”, há corpos que ainda são negados a esses direitos de forma naturalizada e diria que inclusive legalizada pelo próprio Estado. Esse tipo argumentação

jurídica só visibiliza o esvaziamento histórico de povos originários, além de dar dimensão ao projeto de sociedade ocidental e patriarcal que se estabelece em terras brasileiras, enquanto um país pertencente à América Latina e constituído por 54% de população negra em Diáspora Africana.

Então é possível concluir que esse tipo de dominação burocrata-legal tem sido eficiente para a manutenção de privilégios e opressões. Logo, a construção de uma democracia liberal com políticas liberais, seria, e de fato é, fundamental como instrumento balizador deste projeto de sociedade. Logo, não é possível existir democracia racial dentro de uma democracia liberal, são antagonistas que não se convergem. Por conta disso, Lélia defendia a descolonização do movimento feminista nacional e consequentemente a fundação de um “Feminismo Afrolatinoamericano”, expressão cunhada pela própria autora. Vale ressaltar que a construção de um feminismo negro no Brasil, foi semelhante ao norte- americano em relação às motivações. Para além de todo processo de exclusão do movimento feminista “tradicional” e excludente por si só, também havia a questão do machismo no movimento negro brasileiro, pois nas décadas de 1970 e 1980, ainda era predominante as posições dos homens. As mulheres, em geral, tinham pouco poder de decisão. O Movimento Negro Unificado (MNU), organização que a própria Lélia compunha, passou por mudanças estruturais internas a partir das reivindicações das militantes do coletivo, uma vez que algumas questões acerca das mulheres negras

acabavam sendo preteridas, questões essas como, direitos reprodutivos e maternidade, luta contra violência de gênero, entre outras pautas muito caras às mulheres negras.

Após muita mobilização, em 1982, as demandas das mulheres negras foram debatidas no congresso do MNU e inseridas nos documentos aprovados, consolidando-se no seu Programa de Ação. Logo foi concluído que não há luta feminista sem ser antirracista e anticapitalista, mas logo não há também uma luta antirracista que não seja antipatriarcado.

De acordo com Gonzalez, 1988, p.14)

Por tudo isso, o feminismo latino-americano perde muito da sua força ao abstrair um dado da realidade que é de grande importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa região. Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial, é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco. Falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não ser brancas. Concordamos plenamente com Jenny Bourne, quando afirma: “Eu vejo o anti-racismo como algo que não está fora do Movimento de Mulheres senão como algo intrínseco aos melhores princípios feministas”. Mas esse olhar que não vê a dimensão racial, essa análise e essa prática que a “esquecem”, não são características que se fazem evidentes apenas no feminismo latino-americano. Como veremos em seguida, a questão racial na região tem sido ocultada no interior das suas sociedades hierárquicas.

Existe um esquecimento estruturante e político da questão racial em diversos movimentos, inclusive no feminismo. O racismo também está naquilo que é omitido, que não é dito, naquilo que não é visibilizado e que está entranhado em uma visão de mundo ocidental, eurocêntrica e neo-colonial. E como consequência disso, se solidifica uma imposição de lugares sociais. E nesse sentido, mulheres negras são engendradas em um lugar social de inferioridade. E ainda que com a tentativa de visibilização de suas pautas, suas vozes são silenciadas pela ausência de protagonismo, em que o direito de fala por si, inexistente. Negando assim, seus discursos, apagando suas memórias e como fruto disso, construindo e mantendo essa estrutura patriarcal-racista.

1.3 Racismo, sexismo e a ponte para uma Democracia da Abolição na Perspectiva de Angela Davis

Para que se aprofunde o conceito de interseccionalidade, é preciso pensar e repensar nossa noção de desenvolvimento e sob quais égides ela é sustentada. Criticar os moldes em que o progresso e a “civilização” são colocados no processo de formulação de políticas, de forma etnocêntrica e cientificista, e por diversas vezes sem participação popular, que acaba propagando uma única receita para diferentes contextos e atores sociais. Milton Santos já pensava e criticava isso a partir do conceito de globalização, que tem como aspectos estruturantes um projeto universalista e colonial no que diz respeito a determinados tipos de territórios, produzindo assim, os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos (bárbaros x civilizados), emergindo o que Milton Santos define como geografia do poder social. Dado isso se esclarece que a partir desta égide tem se construído historicamente políticas verticalizadas e etnocêntricas, como dito anteriormente, onde objetivamente não se aplica a ferramenta metodológica da interseccionalidade.

Para isso, novamente resgato aqui a história do feminismo negro, que começa a ganhar força a partir da segunda onda do feminismo, entre 1960 e 1980, junto à *National Black Feminist*, nos Estados Unidos em 1973, e porque feministas negras passaram a escrever sobre o tema criando uma literatura feminista negra crítica sobre os mecanismos estruturais observados nas instituições, com o objetivo de reformá-las, na tentativa de construir uma política de equidade, efetivando deveras os direitos humanos que ainda que seja constitucional, possa refletir para além delas, objetivando a abolição das mesmas. Uma vez que a perspectiva capitalista tem se mostrado desde sua origem, insuficiente e perversa em relação à superação

do racismo enquanto manifestação social de forma prática que, para além dos valores morais, materializa nos planos da economia e da política.

Neste sentido, gostaria de dialogar rapidamente com o conceito de Democracia da Abolição de Du Bois em seu livro *Black Reconstruction*, e discutido bastante por Angela Davis, em que se discute a abolição das estruturas que ainda aprisionam as populações mais vulneráveis e empobrecidas dos Estados Unidos, prioritariamente no que diz respeito às pessoas negras do país. Essa abordagem faz um diálogo direto com a obra de Davis “Mulheres, Raça e Classe” e nos mostra o quão as ideologias são demarcadas por essas hierarquias nitidamente características de uma sociedade classista, racista e misógina que são somente reconfiguradas para se retro-alimentarem sob uma égide capitalista que requer que de tempos em tempos seja atualizada conforme as demandas de tal estrutura. E dessa forma a perspectiva não só não contemplaria de maneira eficaz as pautas demandadas pela população negra, como poderia e de fato é um agravante para manter corpos negros encarcerados e desumanizados.

De acordo com Davis (2009, p. 109)

Precisamos encontrar maneiras de contestar a autoridade absoluta da lei. Podemos formular a seguinte pergunta: De que forma fazemos uso da lei como veículo de mudanças progressistas, enquanto simultaneamente enfatizamos o reconhecimento dos limites das leis – os limites do direito nacional, assim como do direito internacional? Por exemplo, argumentamos naturalmente que a justiça e a igualdade são necessariamente produzidas por intermédio da lei. Mas a lei não pode por si só criar a justiça e a igualdade. Aqui nos Estados Unidos, 30 anos da promulgação da que foi considerada a legislação sem precedentes dos direitos civis, ainda estamos atormentados com muitos dos mesmos problemas de desigualdade em relação à economia, raça e gênero.

O movimento sufragista surgiu no fim do século XIX, definida como a primeira onda feminista, em que marcou uma luta com reivindicações de igualdade política e jurídica entre os gêneros, além de acesso à cidadania plena, como por exemplo, o direito ao voto, a propriedade, ao divórcio. Seu surgimento pode ser lido como um sintoma de um cenário histórico específico, relacionado ao contexto de profundas transformações no campo do trabalho, da cultura, do Estado e da vida nas cidades, que surgiram de forma efervescente na Europa após a Revolução Francesa e a Revolução Industrial.

No entanto tratou-se de um feminismo liberal que não abarcou as mulheres negras de verdadeiras, ainda que as incluísse, era feito de forma adjacente e não intrínseca ao movimento, o que acabou custando caro ao movimento quando se iniciou a primeira guerra mundial. Embora tenham colaborado para a campanha antiescravagista, as mulheres brancas quase nunca conseguiam compreender a complexidade da situação da mulher escrava. As mulheres negras eram mulheres de fato, mas suas vivências durante a escravidão as diferenciavam de outras

mulheres, como as brancas, por exemplo, no que diz respeito às demandas feministas. Elas sempre tiveram trabalho pesado ao lado de seus companheiros, igualdade no interior da família, resistência, açoitamento e estupro, o que as colocavam em contextos e narrativas diferentes, principalmente no que tange à legalidade de suas opressões. O movimento sufragista se pautava por um feminismo liberal, âmbito em que as leis pudessem suprir demandas, que na realidade só afetariam positivamente os contextos de opressão de mulheres brancas.

Em concordância com Davis (2016, p. 88)

As líderes do movimento pelos direitos das mulheres do período pós- guerra tendiam a ver o voto como um fim em si mesmo. Já em 1866 parecia que qualquer pessoa que defendesse a causa do sufrágio feminino, por mais racistas que fossem seus motivos, era uma aliada valiosa para a campanha das mulheres. Nem mesmo Susan B. Anthony percebeu a evidente contradição da defesa do sufrágio feminino por um congressista que se autodeclarava defensor da supremacia branca. Para o profundo pesar de Frederick Douglass, Anthony elogiou publicamente o congressista James Brooks, que havia sido editor de um jornal pró- escravatura. Embora seu apoio ao sufrágio feminino fosse claramente um movimento tático para deter o apoio dos republicanos ao sufrágio negro, Brooks foi louvado de modo entusiasmado por Susan Anthony e suas aliadas.

No capítulo “O Legado da Escravidão: Parâmetros para uma Nova Condição da Mulher” Davis explicita a forma em que o sistema escravista enxergava e lidava com o povo negro, em que compreendemos que seus corpos eram apenas vistos como propriedade, uma vez que sequer eram humanos, conforme a narrativa supremacista do escravismo. Logo, nessa perspectiva, as mulheres negras sequer eram vistas como “femininas” ou inferior aos homens. Ao contrário, tinham que produzir tanto quanto eles, uma vez que eram propriedades, não as enxergavam com gênero, era como se fossem desprovidas disso. Isto posto, a construção de feminilidade, sendo ela opressora ou não, se distingue estruturalmente entre mulheres brancas e pretas, desde a maternidade até a afetividade romântica, estávamos jogadas à anomalia.

Em 1851, Sojourner Truth, nome adotado a partir de 1843 por Isabella Baumfree, uma abolicionista negra americana e militante feminista, que nasceu em um cativeiro em Nova York. Truth, fez seu discurso mais conhecido, chamado “E eu não sou uma mulher?”

– que inspirou o primeiro livro da feminista negra bell hooks, publicado em 1981 – na Convenção dos Direitos da Mulher, na cidade de Akron, em Ohio, nos Estados Unidos. Esse discurso foi registrado por Frances Gages, feminista e uma das autoras de *The history of woman suffrage*, de 1881, numa grande coleta de materiais sobre a primeira onda do feminismo. Antes disso, no entanto, o discurso havia sido registrado por Marcus Robinson na edição de 21 de junho de 1851 do jornal abolicionista *The Anti-Slavery Bugle*.

De acordo com Thuth (2014)

Muito bem crianças, onde há muita algazarra alguma coisa está fora da ordem. Eu acho que com essa mistura de negros (negroes) do Sul e mulheres do Norte, todo mundo falando sobre direitos, o homem branco vai entrar na linha rapidinho. Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... [alguém da audiência sussurra, “intelecto”]. É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, porque você me impediria de completar a minha medida? Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso. Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de conserta-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem. Agradecida a vocês por me escutarem, e agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer! – E eu não sou uma mulher?

Contudo, fica tácito a urgência em construir ou até mesmo abolir instituições democráticas permeadas por desigualdades políticas e a hierarquia racial. Partindo então da necessidade da interseccionalidade enquanto premissa de um processo transitório entre regulação real das instituições para dirimir disparidades e tentar promover bem estar, com o acesso a oportunidades, incluindo o próprio poder econômico das camadas que seguem marginalizadas na pirâmide social. Pois de forma pragmática, no topo está o homem branco, seguido pela mulher branca, e somente depois aparecem o homem negro e, por último, a mulher negra. No entanto, é de suma importância ressaltar que apesar de haver estudos que traduzem as desigualdades a partir desta pirâmide, ela ainda é superficial para compreender as violências que o povo negro e inclusive o povo indígena sofrem, pois como colocado anteriormente, as violências que homens e mulheres sofrem na perspectiva racial são muito parecidos uma vez que mulheres negras sempre foram vistas como “sem gênero”. Dentro desta pirâmide é fundamental compreender as subjetividades estruturantes, quando falamos de mulheres de quais mulheres estamos falando, sobre mulheres negras, de quais territórios? São cisgêneras, transgêneras? E principalmente, de qual classe social? Uma vez que em suma o povo preto foi relegado e imposto à uma classe social subalterna, que apesar de sempre ter sido pertencente à classe trabalhadora, nunca foram vistos como proletários, por exemplo. Pensando dessa forma, é importante se compreender a necessidade latente e abolir tais instituições e como a legalidade

ainda se estrutura e se manifesta nessas opressões discutidas aqui. Não à toa, se perpetuou ostensivamente no Estado Novo, no governo Getúlio Vargas, em 1941 a lei da vadiagem, que previa em sua legislação, a punição por ociosidade de uma pessoa apta a trabalhar que estivesse em situação de desemprego formal. Mas que, no entanto, teve sua origem no código penal de 1890, no qual vadio se tratava da exibição pública de "exercícios de habilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação de capoeiragem". Após a falsa abolição da escravatura, e em sua legislação original, tais práticas eram consideradas contravenções penais. Num país com histórico de precarização e ausência de postos de trabalhos para a população negra e pobre, tais políticas e legislações estruturam essa sociedade racista que se perpetua através do direito e da política. Sendo assim, desde então, a “vadiagem” serviu, em muitos casos, como uma espécie de manto para encobrir o abuso de poder da polícia nas prisões efetuadas para averiguações.

1.4 Carla Akotirene

Com Akotirene, podemos perceber a discussão sobre a interseccionalidade a partir do diálogo intrínseco da diáspora africana, trazendo a tona África, na trajetória de um povo que ainda sofre com os reflexos estruturais e subjetivos do escravismo no Brasil. Mas, para além disso, ela traz uma narrativa epistêmica descolonizante, esmiuçando o que ela denomina como encruzilhadas, que são as intersecções que existem até antes mesmo da modernidade, até mesmo da colonialidade. Ela inclusive critica a apropriação do conceito pela academia ocidentalizante que se utiliza de tal ferramenta de forma superficial e meramente como minorias políticas e/ou diversidade, numa clara tentativa de um apagamento epistêmico com distorções liberais, quando na realidade trata-se de algo mais profundo. Em sua obra *O que é Interseccionalidade*, fica claro que não se tratam de opressões cumulativas e sim sobre outras construções de categorias analíticas. Não é sobre acumular opressões, é sobre entender os mecanismos que cada corpo, cada contexto identitário, territorial e econômico se manifestam, e compreender como são enxergados estruturalmente. Pois só assim é possível sobressair ao modismo acadêmico da interseccionalidade.

De acordo com Akotirene (2018, p. 108)

Certamente, o atlântico gera maresia feminista durante a travessia interseccional. Longe de ser fragmentada, liberal e cisheterossexista, a interseccionalidade é dimensão prática, precisamos do horizonte enquanto os navios estão atravessando, mas a fome de justiça depende da vida garantida agora. Diante do Estado Democrático de Direito, o regulador oficial das relações sociais, temos pleitos políticos, propomos

secretarias de igualdade racial, reivindicamos direitos humanos, aceitamos ser cotas de partidos políticos brancos, nos tornamos ativistas da sociedade civil organizada, votamos políticas públicas nas conferências. Logo, a proposta de Crenshaw, nos instrumentaliza neste campo de justiça mediadas. Na diáspora africana, nós, iyalodês, desenvolvemos condutas molhadas, enfrentamos o padrão colonial dando movimento à força da Maré, igual Marielle Franco, morta numa quarta feira, dia de domínio de Sangô, ancestral da justiça, de Oyá, energia guerreira que luta sem o medo da morte, e que está viva no Rio Níger por nove vezes. A presença ancestral de Marielle Franco contorna leis para enfrentar os regimes jurídicos do colonialismo brasileiro.

Dessa forma, Akotirene estabelece um amplo e potente diálogo epistemológico com Lélia Gonzalez com seu conceito decolonial de amefricanidade, com Bell Hooks, bem lá no começo de sua jornada acadêmica, com o livro *Ain't I a Woman?*, publicado em 1981, em que ela não só conta a história de Sojourner Truth, mencionada anteriormente no que diz respeito à crítica ao movimento sufragista nos Estados Unidos, mas se aprofunda nela. Mas principalmente e também com Audre Lorde, que já articulava a ideia de lugar de fala, numa perspectiva deveras decolonial, em que a própria afirma que não é possível destruir a ótica dominante, como a Casa Grande, com as ferramentas dos opressores.

Akotirene propõe uma sensibilidade analítica quando faz emergir o conceito da interseccionalidade, uma vez que tal conceito corrobora para elucidação e evitar incorrer em reducionismos da política de identidade, para assim, destrinchar as heranças coloniais que o povo preto em diáspora, a princípio aqui no Brasil, que torna identidades ainda mais vulneráveis em instituições como as nossas. Que ainda que se digam democráticas, que preze pelas políticas sociais para a redução de desigualdades, ainda cometem erros crassos, porém muito bem escolhidos enquanto projeto supremacista, quando constroem políticas que não visualizam tais intersecções, transformando a falência do Estado, em falências individuais, relegando tais mulheres à um discurso etnocêntrico de meritocracia que as marginalizam em sistemas prisionais, quando não encarceradas e seus pares aprisionados nessa necropolítica adotada pelo Brasil, por exemplo. Nesse mote, Akotirene introduz acerca do punitivismo, alicerce dessa necropolítica, que tem como objetivo punir corpos indesejáveis, sem direito ao erro ou ressocialização, em que mulheres negras, por exemplo, são maioria entre mulheres encarceradas, especificamente 68% das mulheres no sistema prisional brasileiro são negras, conforme relatório 'Mulheres em Prisão: enfrentando a (in)visibilidade das mulheres submetidas à justiça criminal', com o intuito de visibilizar como a justiça criminal brasileira é seletiva em relação à liberdade de determinadas mulheres.

2 COMPREENDENDO O RACISMO ESTRUTURAL: CONTEXTUALIZANDO AS OPRESSÕES E TECENDO ESCREVIVÊNCIAS

Nesse capítulo, descreverei vivências de quatro mulheres negras, de diferentes vivências, territórios. Mulheres negras em movimento, que lutam por uma sociedade antirracista de suas diferentes formas. Dentre elas, Enedina do Amparo Alves, mais conhecida como Dina Alves.

2.1 Dina Alves

Mulher nordestina, de 44 anos, de Ituberá/Bahia, filha de pai agricultor e de mãe lavadeira e poetisa. Hoje advogada, atua no processo sobre o assassinato de Luana Barbosa dos Reis Santos, por três policiais militares, em Ribeirão Preto, é coordenadora-chefe do Departamento de Justiça e Segurança Pública (DJSP) e o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), um espaço onde tem pautado obstinadamente a especificidade das mulheres negras e buscado ampliar as discussões. Em 2015, Dina publicou a pesquisa de mestrado “Rés negras/juízes brancos”, em que fez uma etnografia do encarceramento de mulheres negras no sistema de justiça paulista.

“Tenho trabalhado em conjunto com ativistas de direitos humanos em conferências sobre abolicionismo penal, feminismo anti-cárceres e violência racial nos EUA, África, México. É importante citar que na conferência “Abolish Border Imperialism”, em Minneapolis/2017, pude ouvir diretamente do preso político Abul Jamal (em sua intervenção por telefone da penitenciária) sobre as condições do sistema penal-industrial estadunidense. Nestes espaços de debates pude compartilhar insights com colegas ativistas sobre os desafios de uma agenda abolicionista internacional. Minha atuação no campo jurídico tem me permitido desenvolver habilidades que julgo importantes no ativismo negro. Tenho atuado no campo jurídico prestando especial atenção a vítimas da violência policial e do encarceramento organizando comunidades fraturadas pela violência estatal. Além das batalhas legais em tribunais, as habilidades já construídas incluem desde visitas a prisões à construção de espaços autônomos para o desenvolvimento de lideranças femininas negras, como o Coletivo Adelinas. Em 2015 ajudei na fundação do Coletivo Autônomo de Mulheres Pretas “ADELINAS” como resposta à invisibilidade das mulheres negras nas pautas da esquerda e na mesma ocasião articulei o intercâmbio político-cultural com ativistas da Colômbia e do México”.
- Enedina do Amparo Alves.

2.1.1 Intelectualidade, ativismo e arte: Surge Darluz!

Me recordo que conheci Dina no processo de construção da Marcha Nacional de Mulheres Negras, em seu lançamento em 2015, dia 25 de julho, dia da Mulher Negra Afrolatina Americana e Caribenha. Dina, que também é atriz, fazia uma performance chamada Darluz,

conto escrito por Marcelino Freire, escritor pernambucano, vencedor do prêmio Jabuti, em que conta a história de uma mulher negra, que adocece mentalmente pelo sistema capitalista e que tece estratégias de sobrevivência a partir daquilo que é negado: sua existência corpórea.

A personagem simboliza grande parte das mulheres negras, que estão relegadas à serviços precários e subalternizados, que limpam as casas grandes, as universidades, que trabalham e vivem em lixões, que estão jogadas em sua maioria em sistemas prisionais falidos. A performance suscita a reflexão sobre a maternidade negra e qual é o olhar da sociedade sobre estas mulheres e suas trajetórias. Historicamente vistas como fábricas para linhas de produção de jovens que sofrem com o genocídio, sendo desumanizadas, quando consideradas culpabilizadas pela mortes de seu filhos, jovens, crianças que têm suas vidas ceifadas pela Estado. Darluz traz à tona a discussão sobre a autonomia do corpo ao gerar seus filhos, mas precisar vendê-los, porque em diversos momentos ser mercadoria é a única forma de sobrevivência.

“Foi através da igreja que comecei a fazer as primeiras cenas teatrais ainda na adolescência. Dona Antônia, moradora antiga da Rua da Granja, em Ipiáú-Bahia, foi a responsável por ensaiar com um grupo de adolescentes que eu fazia parte, as primeiras peças teatrais. Os textos eram retirados da leitura bíblica e as apresentações eram durante a missa. Ela recortava trechos da leitura do evangelho e entregava a todos nós para decorar, fazia as marcações e usávamos as cadeiras e mesas da igreja como cenário. Depois dessa fase da catequese fui atuar em grupos de jovens da cidade, no final da década de 80. Já naquela época, estávamos tratando sobre temas como prisão e violência policial. Quando cheguei em São Paulo, me formei em artes dramáticas e atuei no teatro com personagens de mulheres emblemáticas como Joana, de A gota d’água, de Chico Buarque, Macabea, da obra de Clarice Lispector e Darluz de Marcelino Freire. Estas obras me renderam prêmio de atriz revelação em Guarujá e de adaptadora. O teatro para mim sempre foi um lugar importante para denunciar as injustiças sociais. Darluz, por exemplo, é uma personagem que traz em seu repertório a denúncia das categorias de opressões, por ser uma mulher negra, moradora de um lixão, mãe e pobre. Ela problematiza questões importantes como a presença do Estado na vida da população periférica e da religião”. - Enedina do Amparo Alves

2.1.2 Trocando ideias sobre Interseccionalidade: Compreendo o contexto de mulheres encarceradas.

Como dito anteriormente, Dina estuda e trabalha com mulheres em situação de encarceramento, e suscitou na entrevista a importância de compreender a condição da categoria da mulher negra encarcerada. No Brasil, O sistema prisional é um dos que mais prende mulheres no mundo. O país é a quarta maior população carcerária feminina do planeta. Mantemos privadas de liberdade cerca de 42.355 mulheres, de acordo com o novo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias sobre Mulheres, o Infopen Mulheres, pelo Ministério da Justiça. Ficamos atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Rússia. Ao racializar esse número fica

gritante o quão as prisões foram feitas para única e exclusivamente controle social que nesse contexto também é racial, uma vez que 65% da população carcerária é negra, como consta no último levantamento do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), e no que se refere às mulheres negras, são mais de 68% como mencionada anteriormente, conforme relatório do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC). De acordo com os dados, 68% das mulheres encarceradas são negras, 57% são solteiras, 50% têm o ensino fundamental e 50% têm entre 18 e 29 anos. A maioria delas é mãe e cumpre pena em regime fechado, não possui antecedentes criminais, estava envolvida com atividades relacionadas ao tráfico e ao transporte nacional e internacional de drogas e possui dificuldade de acesso a empregos formais.

“A condição da categoria «mulher negra encarcerada» oferece, portanto, possibilidades não apenas para diagnosticar as suas especificidades, como também permite desenvolver uma metodologia de análise que considere as interfaces destas categorias na produção de regimes de poder e na busca de alternativas de resistência. Daí, a interseccionalidade se apresenta como instrumento de luta política para entender a judicialização das mulheres negras e o modelo de relações raciais do país, e ainda oferece possibilidades de descentralizar (ou complexar) os estudos sobre as prisões, que têm privilegiado a perspectiva de classe social em detrimento de uma abordagem mais ampla e condizente com a realidade racial brasileira”. - Enedina do Amparo Alves

2.1.3 Vivências territoriais: Da Bahia à São Paulo!

É sabido que cerca de 75% dos nordestinos no Brasil é negra; 43,4% da população nordestinas está em situação de pobreza, conforme estudo de Análise das Condições de Vida da População Brasileira do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aprofunda sobre esse quadro do racismo estrutural no país em um estudo sobre o Mercado de Trabalho no país, este analisa os índices de desemprego deste ano, e conclui que mulheres nordestinas e jovens, de idade entre 18 a 24 anos, caracterizam o perfil do desempregado hoje.

Dina Alves, narra seu trajeto nos movimentos sociais, que se iniciaram ainda na Bahia. Dina comenta que entre os 5 e 10 anos de idade acompanhava sua mãe em idas ao Instituto Médico Legal (IML), fóruns, cemitérios e cadeias. Sua mãe era merendeira de escola pública, uma liderança política que lutava não só em prol da escola, mas também contra a violência policial, em que se organizava com outras mulheres que tiveram seus filhos presos e/ou mortos, inclusive para fazerem busca de seus corpos. Vale ressaltar que sua mãe também compunha na época a Pastoral da Criança, nas Comunidades Eclesiais de Base.

“Então eu lembro que a minha casa estava sempre muito cheia de mulheres pedindo ajuda. E naquela época ela era uma liderança da Pastoral da Criança, nas comunidades eclesiais de Base. Daí vem minha formação política também. Então, desde muito nova que estou inserida nestas narrativas do sistema prisional e policial. Nessa mesma época participava do grupo de jovens da cidade, que era um grupo ligado à Igreja Católica e trabalhava com teatro tratando de temas políticos. Éramos todos adolescentes e jovens tratando de assuntos pesados, sabe? Falando da polícia, de prisão, denunciando privilégios da igreja e isso culminou, inclusive, na nossa expulsão sutil da igreja. Nessa época fomos participar do grupo de direitos humanos PAPAMEL (propágulos Prum ambiente ecologicamente legal). O Papamel nos convidou para participar das suas reuniões e compor a coordenação. Assim, foi um divisor de águas na minha vida política participar do Papamel. Então foi aí que me afastei definitivamente da igreja para fazer a crítica mais qualificada”. - Enedina do Amparo Alves

Ao chegar em São Paulo, Dina relembra as vivências xenofóbicas, entre outros processos que se inter cruzam, como ser uma migrante nordestina, negra. Onde sempre precisou ter jornadas extensas e intensas, para dar conta dos empregos que teve para se manter financeiramente, conciliando com os estudos. Nesse momento ela se uniu com movimentos de luta por moradia, além de lutas pelo acesso democrático à universidade pública.

“Como retirante nordestina em São Paulo, trabalhei de empregada doméstica, babá e balconista em supermercados, ao mesmo tempo em que me unia às lutas urbanas pelo acesso à moradia e democratização do acesso à universidade pública, como estudante da Educafro [...] Quando cheguei em São Paulo isso em 91, trabalhei de empregada doméstica e balconista de supermercado e fiz Direito e estágio no Ministério Público. Ainda na faculdade de Direito mantinha minha crítica em sala de aula com os professores. Eu vivia na cidade do Guarujá, que é uma cidade racista, inclusive essa representação racial está visível na existência do Hotel Casa Grande na cidade. E naquele universo eu era só uma menina que tinha vindo do Nordeste, morava no Guarujá, trabalhava de empregada doméstica numa mansão no Jardim Virgínia e logo após como balconista de supermercado e que fazia Direito. Tem toda uma representação simbólica do racismo e das hierarquias de classe nesse curso. A obrigatoriedade do chamamento de “doutor” é um exemplo do disciplinamento corporal estético e da hierarquia social de corpos e conhecimentos. Lembro como meus colegas de sala me convidavam a se retirar do curso e fazer Serviço Social, eles falavam: “Olha, você não tem perfil para estar no Direito. Você tem mais jeito para o Serviço Social. Porque você fala muito da questão social, dos Direitos Humanos. Naquela época eu morava no bairro de Morrinhos, uma das periferias do Guarujá. Então minha relação com o bairro foi a relação com a polícia e a prisão da população. Vi de perto os jovens crescendo, morrendo e confinados na Fundação Casa”. - Enedina do Amparo Alves

2.1.4 Feminismo Negro e o Caminho da Emancipação

Falar do feminismo negro tem como premissa, além de uma autonomia epistemológica, um debruçar-se da práxis, que como o próprio conceito interseccional demanda, está na imersão de um fazer decolonial. Nesse sentido, foi perguntado à Dina, a significância dentro de sua trajetória, do feminismo negro e principalmente a importância da

interseccionalidade enquanto ferramenta e alimento científico que constrói o alicerce do feminismo negro.

“Num resumo que não se limita a respostas prontas sobre o que é feminismo negro, podemos pensar que o feminismo negro é uma metodologia de ação política que sustenta uma teoria e uma práxis, visando não só transformar efetivamente a vida das mulheres, mas a própria sociedade, na medida em que se assenta no enfrentamento de estruturas de poder: racismo, sexismo, divisão de classes e heterossexismo. E essa metodologia visa a descolonização do conhecimento, isto é, aposta no desprendimento epistêmico do conhecimento europeu para pensar a própria história a partir de categorias baseadas em nossas experiências de mulheres negras na diáspora. [...] Interpretar as construções das representações racializadas das mulheres negras brasileiras, bem como seus processos de resistência contra a objetificação promovida por estas representações é um passo importantíssimo. A emancipação das mulheres negras começa pela construção de espaços autônomos de lutas onde as relações sejam horizontais. A política da representatividade não podem ser suficientes para se pensar em emancipação. A emancipação passa por deixar o oprimido falar. Quando se aposta em representatividade da mulher negra também corre-se o risco de construir hierarquias de corpos e conhecimento”. - Enedina do Amparo Alves.

2.2 Marilda Souza

Dona Marilda (57 anos), é griô do Quilombo Santa Rita do Bracuí, em Angra dos Reis, e também coordenadora da Associação dos Remanescentes de Quilombo de Santa Rita do Bracuí, e nos faz ampliar o diálogo sobre os processos de resistências e narrativas de mulheres quilombolas, e ainda sim compreender as “trombadas” entre gênero, raça e inclusive território, que se evidenciam em suas narrativas. Publicizando experiências sob as quais não só o estudo da interseccionalidade tem permitido, como também vivenciar narrativas pretas de mulheres negras que constroem movimentos de articulações políticas pelo bem viver, e de diversas formas, em diversos territórios e de diferentes gerações.

2.2.1 Sobre ser uma mulher quilombola - “ A gente era feia, gorda e morava longe”

“Há dois estágios, assim, porque antes a gente não tinha esse rótulo de quilombola, a gente se via uma mulher negra, não se acha a diferente das outras mulheres até então, porque não tinha esse conhecimento. E a gente ficava assim, sentia o preconceito por causa da cor, do cabelo, mas sempre tentando levar a vida normal, se achando até podendo dizer, iguais às mulheres brancas, sendo que na verdade não era. A gente era tratado do lado mais baixo, no lado mais preconceituoso, vamos dizer assim. Apesar de que as mulheres brancas ou negras, comparando aos homens, elas estão sempre em desvantagem, mas as mulheres negras estão mais ainda. E eu tinha aquela sensação de eu não me aceitar como negra, quanto mais eu em aceitava como negra, era como se eu mesmo estivesse me diminuindo, e aí eu dizia que eu não era negra, não quero ser negra. E mesmo assim a gente via que não era o mesmo tratamento, por exemplo na adolescência, era muito chato você tendo suas amigas brancas, e você está sempre sendo a que o cara passa a mão, queria logo encostar na parede, e a gente via que com as outras, eles não faziam assim. E depois você vai

crescendo e vai vendo que os homens não tinham esse querer de ficar com as mulheres negras. Até as mulheres negras falavam que eu era uma negra feia, e aí a gente ficava assim se perguntando, eu sou feia, negra, gorda e moro longe”. - Griô Marilda Souza

Dona Marilda fala sobre sua construção de identidade enquanto uma mulher quilombola, e fala sobre as vivências enquanto uma mulher que trabalhava com a terra e que morava distante durante sua adolescência. Ela narra essa construção que se inicia pela

identidade também estética, as vivências afetivas e construção da autoestima negra. Ela menciona também o colorismo que cercava suas relações, inclusive entre amigas e como essa pigmentocracia manifestava relações de poder em determinados espaços e uma certa hierarquização da tolerância de determinados corpos negros.

“Quando eu era mais jovem, mas já adulta, quando iniciei no movimento quilombola fui conhecendo outras mulheres com os mesmos perfis que o meu, de diversos lugares do Rio, com a mesma fome de conhecimento que o meu, dos movimentos sociais, da Comissão Pastoral da Terra [...] Aí, depois fui entender que se a gente não se auto eleger, não se gostar, ninguém vai gostar por nós! Nós também somos lindas, temos uma fortaleza interna!” - Marilda Souza

Marilda ainda fala sobre suas lembranças acerca do perfil de subserviência que era exigido de mulheres pretas, animalizando seus corpos, existências e personalidades, sobre a ideia do imaginário social da mulher negra raivosa, desequilibrada e suja. Tal estereótipo racista tem relação com as construções de feminilidade entre mulheres negras e brancas que advém de estruturas totalmente divergentes, como mencionado no capítulo anterior, quando cito Angela Davis. A construção de feminilidade vigente foi forjada pela branquitude, a nós, restou o limbo existencial de força braçal e hiperssexualização dos corpos.

“Aqui mesmo dentro do quilombo, quando éramos mais jovens, as pessoas diziam assim: “Você tem que aprender a fazer isso, porque se não, quando for trabalhar pra madame, ela vai te bater na cara, porque quando a madame fala, você tem que abaixar a cabeça e ficar quieta”. A maioria da mulherada cresceu ouvindo isso, que só ia crescer para trabalhar pro outro, e isso é muito triste [...] Eu ouvia que eu tinha que tomar muito banho pra ficar limpa, e por incrível que pareça, por conta disso, eu acabei desenvolvendo uma rinite por cheiros muito fortes de perfume”.
Marilda Souza

Marilda ainda menciona à dificuldade de terminar os estudos pela falta de acessibilidade financeira no que diz respeito à mobilidade até as escolas pelas quais passou. Também narra as reuniões desde sua infância para conseguirem passe livre na cidade para os estudantes. Aos 17 anos precisou parar de estudar, quando estava no primeiro ano do ensino médio, iria completar 18, e com a maioridade, já não poderia mais ter o benefício do vale transporte na época. Ela também relembra as cobranças que as meninas do quilombo sofriam, pelo fato de morar distante, de pertencer à um territorial rural, sobre a construção do ser “roceira” e obrigação de reproduzir uma feminilidade opressora.

Além de tudo, a gente morava na roça, então eu ouvia muito que era pra eu ficar quieta pra não parecer roceira, ou que mulher tinha que ficar com as pernas fechadas ao sentar. Eu lembro que dizia sempre que detestava ser menina, minhas tias diziam que eu parecia um moleque macho, porque brincava de estilingue com os meninos. Sempre existiu essa diferença, em que o menino podia tudo e menina não podia nada! - Marilda Souza

“Feminismo pra mim é aquela mulher que vai à luta! [...] A luta das Mulheres Quilombolas é uma luta em conjunto!”. A griô Marilda ainda relata sobre a construção da identidade familiar negra, socialização, maternidade solo, solidão, entre outros aspectos que embora sejam subjetivos são estruturantes. A família sempre é atravessada pela perspectiva política, além disso, é forjada como lugar para o exercício da cidadania.

“Há muito tempo atrás na minha juventude já haviam mulheres muito à frente, com uma “força de um homem”, como alguns diziam, além de seu tempo, isso tanto no trabalho, no sexo ou na criação dos filhos, de criar eles sozinhas. Mas se você ver quem mais cria seus filhos sozinhas, a maioria dessas mulheres são mulheres negras mesmo. Mulheres brancas a maioria tem par, são casal. Se você ver aqui no quilombo, você vai ver poucos casais, homens e mulheres dentro de casa. A maioria aqui criam seus filhos sozinhas, trabalham e vão à luta, sozinhas. Antes você ficava ali, de precisar ter um homem dentro de casa, hoje não, que caçe o seu rumo. Antes não podia separar se não era vista como puta”. - Marilda Souza

Dona Marilda nasceu através de uma parteira, dentro de casa. Foi criada na casa da irmã mais velha, que tem vinte anos de diferença de sua idade, e a considerava como mãe, Marilda não tinha necessariamente uma casa fixa. Por vezes ficava com sua irmã, e outros momentos casa de seu pai com sua esposa, pois ele não tinha relação com sua mãe.

“Minha mãe não tinha uma casa fixa, porque às vezes ela morava nas casas que estavam “abandonadas”, que alguém não tava morando mais, ela ficava cuidando daquela casa e ficava morando lá. Eu falava que ela era uma caseira de graça (risos)! Mas na verdade nem era caseira não. As pessoas deixavam a casa abandonada lá, não podia cuidar, ela pedia para morar na casa. E eu ficava com ela. Minha vida foi esse vai e vem: Casa da minha irmã, casa da minha mãe, casa do meu pai”. - Marilda Souza

2.3 Helena da Acácia

Helena Francisco da Silva, nascida em Ibaté em setembro de 1957, mãe, avó e bisavó, atualmente mora em Araraquara é fundadora da Cooperativa de Materiais Recicláveis ACÁCIA. Recebeu o “7º Prêmio Heleieth Saffioti – Mulher Destaque”, sendo indicada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Araraquara para ser homenageada no ano de 2018.

2.3.1 O Nascimento da Cooperativa Acácia

“A ideia da cooperativa, foi quando surgiu o Plano Collor, que foi um plano que não deu certo no nosso país, muita gente perdeu o trabalho, eu perdi o meu também, eu trabalhava num restaurante. E através de um convite de uma amiga, fui trabalhar num aterro, num antigo lixão, que hoje não existe mais. Eu me deparei com aquela situação nunca vista na minha vida, mas a gente tirava o nosso sustento de lá. A gente dependia de muito material pra vender para poder sobreviver, e através de algumas pessoas, assistente social, vereadores, etc, cheguei num contexto de que poderíamos montar uma associação. Fomos conversando com várias pessoas que trabalhavam no aterro, porque a gente sabia que tinha uma prazo pra sair de lá do aterro. Então começamos antes de 2000, depois de muita reunião, bastante coisa que rolou para conseguirmos formar a Associação Acácia. Mais para frente, nasceu a Cooperativa Acácia em 2005, porque como associação não teria alguns benefícios e como cooperativa, a gente conseguia acessar alguns dados, alguns contatos e benefícios. E aí, passamos então a trabalhar”. Helena da Acácia.

2.3.2 A importância das cooperativas de catadores na coleta seletiva: Demarcando corpos negros!

É importante compreender que a existência das cooperativas são fundamentais, uma vez que selecionam, transportam, adaptam e beneficiam os resíduos sólidos, reciclando lixos que seriam descartados e transformando em mercadoria, com valor de uso e de troca e aí está uma grande questão para se refletir. Quando esse tipo de trabalho se torna “valorizado” pelo capital, se faz necessário nos fazer algumas perguntas, tais como: Quais são os corpos, qual gênero e em quais territórios, que ainda marginalizados, reconfiguram este trabalho ecológico, apesar de ainda muito relegado à invisibilidade? Segundo estatísticas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), existem no Brasil entre 400 mil e 600 mil catadores de materiais recicláveis. Trabalhando em condições extremamente precarizadas, em lixões a céu aberto e com perigo de contaminação e transmissão de doenças, esses trabalhadores são essenciais para a reciclagem no país. No entanto se faz necessário também visibilizar as catadoras e catadores individuais que estão em situação de rua, e que são mulheres negras, assim como Helena. Vale ressaltar que para além do estudo do IPEA, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) publiciza o número de 800 mil trabalhadores em atividade hoje no Brasil, entre os quais 70% seriam mulheres. Esse quantitativo é compatível com os dados do IPEA quando considerada as trabalhadoras que estão organizadas em cooperativas e associações, a maior parte é negra ou parda, segundo o IPEA. O mercado da reciclagem tem como fundamento, a superexploração de milhares de mulheres trabalhadoras, negras, que estabelecem suas atividades, em suma, na informalidade.

Helena, fala um pouco da importância dessas catadoras e catadores se articularem coletivamente numa cooperativa, que para além de aumentar a autoestima deles, dão mais segurança profissional, em relação aos direitos sociais garantidos, podendo trabalharem com mais qualidade de vida. A Cooperativa Acácia que começou com uma perua, hoje em dia é responsável por 100% da coleta seletiva na cidade de Araraquara, a partir da Coleta Porta-a-Porta que foi uma das iniciativas da Política Nacional de Resíduos Sólidos, implementado ainda na gestão do governo Lula . Helena já foi candidata à vereadora em duas eleições, inclusive em 2015 pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e acabou não sendo eleita. Hoje ela diz que não sente mais vontade de ser candidata e prefere aprofundar seu trabalho com a cooperativa cada vez mais.

“Já trabalhamos na usina de Araraquara, através da prefeitura fizemos um convênio para trabalhar dentro da usina de triagem com aproximadamente 40 pessoas, separando material, vendendo e precisando assumir toda a estrutura da usina, já que a empresa anterior não teve mais interesse e foi embora. Então em 2017, nos organizamos para assumir a coleta seletiva da cidade, o “Porta-a-Porta”. Hoje quero me fixar cada vez mais no mundo do trabalho. A cada momento que passa, a gente tem tanta coisa ruim acontecendo em nível de mundo e de Brasil. Pois hoje, existem empresas querendo tirar o nosso sustento, o nosso trabalho”. - Helena da Acácia

2.4 Jaqueline Máximo Moreira

Mulher negra, nasceu e cresceu em Campo Grande, periferia da zona oeste do Rio de Janeiro veio morar em Angra no final de 1994, quando se casou. É professora da Educação Física da rede municipal do Rio de Janeiro, trabalha há mais de vinte anos numa escola de Santa Cruz. Ela comenta que antes de adentrar essa escola que tem histórico de anos sofrendo com a presença do tráfico, e que atualmente tem sido um território que tem sofrido com o domínio da milícia, na comunidade de Manguariba. Já trabalhou na rede estadual, onde sofreu muita represália por conta de participar das greves em prol de melhores condições de trabalho para os professores, a ponto de ser exonerada, na época da gestão de Sérgio Cabral. Jaqueline também compôs na época, a gestão do Sindicato de Profissionais da Educação de Angra dos Reis, assim como o coletivo SAPÊ (Sociedade Angrense de Proteção Ecológica).

2.4.1 Ser professora - “A gente se envolve mesmo!”

Tem sido uma experiência enriquecedora, tanto para mim, quanto pro espaço escolar, quanto pros alunos, quanto para comunidade. Vinte anos no mesmo espaço a gente não

desenvolve só com a escola, a gente tem a oportunidade de se envolver com o entorno. Manguariba é uma comunidade que sofreu com o tráfico por muito tempo e hoje está sob o domínio de milícias. Perdemos vários alunos por conta da violência da periferia. Jaqueline Moreira

Nesses vinte anos de atuação na escola, Jaqueline não foi só professora de educação física, já atuou como coordenadora, diretora adjunta e nos últimos quatro anos tem trabalhado na sala de leitura, que é um projeto importante mas corre perigo de ser extinto na gestão de Crivella, como menciona Jaqueline.

Jaqueline Moreira comenta que a existência da Escola Municipal Gandhi se deu através de mobilização da comunidade que paralisou a avenida Brasil para conseguir o segundo fundamental (6º ao 9º ano) na própria comunidade, porque caso contrário, os alunos precisariam ir para bairros distantes para estudar. E como fruto dessas mobilizações, a comunidade escolar sempre vivenciou direções negras, assim como corpo docente progressista e consciente.

2.4.2 Movimentos Sociais, o Ylá-Dudu e a Conselho Municipal de Promoção a Igualdade Racial (COMPIR)

“Minha militância se inicia de forma mais pontual dentro da igreja católica, porque que me formei catequista lá, e ele nos deram uma comunidade que não tinha catequese ainda e era dentro daqueles conjuntos habitacionais, tipo “pombal” muito carente esse conjunto habitacional ficava nessa comunidade que hoje atuo na escola, já existia uma militância dela. Essa comunidade parou a Avenida Brasil para construir essa escola, com o segundo segmento do ensino fundamental”.
Jaqueline Moreira

O Ylá-Dudu foi um coletivo importante fundado em 1991, levava o debate das relações raciais para dentro das periferias, escolas, nos jornais, na rádio Costa Azul, e se estabeleceu em pleno mandato progressista do PT, que estava indo para o seu terceiro mandato. Ela ainda visibiliza o fato de que a maioria dos componentes do grupo eram mulheres e faziam esse debate de que por vezes, acabavam tendo suas vozes silenciadas ou menos visibilizadas que as masculinas em determinados espaços onde falar também era significativo de poder.

Nesta mesma época, como dito por Jaqueline Máximo, Angra tinha outro cenário político, existiam um número enorme de comunidade jongueiras, para além da Vila Histórica de Mambucaba e do Quilombo do Bracuí, que resistiram e ainda continuam construindo e mantendo um projeto político e cultural ancestral vivos. Angra era um celeiro de debates, pelo que relata Jaqueline, ela afirmar que o simples fato de ir e vir no centro de Angra, na década

de 90, foi um ato político, em que corpos pretos se movimentavam mais nas periferias e morros onde moravam.

“Angra, quando eu cheguei, não se via muito os negros andando pelo centro, Angra é uma cidade racista, e muito. Ela tem uma elite branca, e olha que nós temos uma comunidade imensa negra aqui, em Japuiba, Belém, Bracuí, enfim. E depois que a gente se viu tomando mais espaços, o Ylá-Dudu rodava as associações de moradores, promoviam debates [...] Minha militância fica mais forte chegando em Angra e caindo na família dos Remédios mesmo. Eu cheguei em Angra, morando no morro da Glória II, e fui bem acolhida. João Luiz dos Remédios, meu atual marido e que era vereador pelo PT na época, foi logo me apresentar pro Ylá-Dudu, que é um grupo de consciência negra da cidade, que foi fundado em 1991. Num determinado momento, a militância negra, que é de nascença, de pele, não tem jeito, foi o que prevaleceu. O Ylá-Dudu me trouxe uma luz científica sobre racismo, da luta, é uma galera que vem do movimento católico, de uma campanha da fraternidade, se empodera daquilo e funda este coletivo”. - Jaqueline Moreira.

Jaqueline, que já foi militante do Ylá-Dudu, fala das articulações do grupo e dos frutos colhidos, a criação do Conselho Municipal de Igualdade Racial, que foi implementado em 2011, assim como o curso de extensão Negros e Negras em Movimento, que ocorreu na Universidade Federal Fluminense (UFF), no Instituto de Educação de Angra dos Reis em parceria com o Professor José Luiz. Em relação a COMPIR, o coletivo atuou com dificuldade na última gestão, como menciona Jaqueline, pois algumas demandas, que eram a implementação da Coordenadoria Municipal da Igualdade Racial, Cotas Raciais nos concursos municipais, e a escola quilombola, ainda que exista uma luta latente dos quilombolas de Angra dos Reis. SAPÊ (Sociedade Angrense de Proteção Ecológica).

2.4.3 A Vivência na Universidade Pública e o Racismo

Existe um último estudo do IBGE que saiu este mês de novembro acerca do aumento quantitativo de pessoas negras, a ponto de ser maior do que estudantes brancos nas universidades públicas. Esse estudo tem sido bastante refutado pela maioria dos movimentos negros e precisa ser questionado no que diz respeito à permanência desses alunos nessas universidades, desde assistência psicológica, assistência estudantil, que tem reduzido cada vez mais, e reconhecimentos de intelectualidade epistemológica de pessoas negras. é preciso criar e manter políticas públicas que pensem não só a inserção, mas o bem viver deste aluno nesta universidade. Nesse aspecto, Jaqueline, nos contou um pouco sobre sua trajetória na graduação de Educação Física na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

“No meu bairro quando criança, era um bairro com bastante gente negra, eu e meus irmãos, a gente estudava numa escola na esquina de casa. As pessoas que estudavam comigo eram meus vizinhos. A gente tinha as questões raciais, principalmente quando vai entrando na adolescência, por conta da estética, cabelo e etc [...] Acho que as questões são mais complicadas quando saem do bairro. Quando chega na faculdade por exemplo, eu fiz UFRJ, Educação física nessa época era um corte grande de classe, de raça. Na faculdade toda tinha 5 negros e umas 10 pessoas, vindas de periferia. Sendo que tinha gente que chegava de choffer na minha época, e o papo deles era sobre viagens internacionais, inclusive com os próprios professores na sala de aula. E Educação Física é uma faculdade que requer uns instrumentos, umas roupas, uns equipamentos, e pra gente que é meio duro é caro., Ali fui vivenciar mais a questão racial, de ter que me empoderar mesmo, de ter que me reconhecer „negona” e vamos encarar isso. Consegui terminar, eu terminei junto com uma amiga que é homossexual, de Duque de Caxias, e ela diz que nunca mais voltaria no Fundão, porque foi o pior momento da vida dela. Pra ter um resumo do que foi nossa vida lá!” - Jaqueline Moreira

2.4.4 Dissecando as intersecções: Saúde, Maternidade e Assédio

Falar sobre saúde e maternidade das mulheres negras é falar sobre tratamentos desiguais, racistas e que em muitos casos beiram à desumanização do corpo da mulher, que é o caso da violência obstétrica. O estudo *Nascer no Brasil*, por exemplo, publiciza maiores quantitativos de violência obstétrica entre mulheres negras, com grau de escolaridade menor, com faixa etária de 20 e 34 anos, nordestinas, com parto vaginal e sem acompanhantes durante a internação, em divergência às mulheres brancas.

“O primeiro parto foi tranquilo, minha obstetra me recomendou para o médico que era amigo dela, o médico era negro, inclusive. Mas no segundo parto eu tive minha gravidez ficou de risco por conta da minha pressão alta, e aí precisei fazer minha hérnia umbilical, mas minha obstetra sempre foi comprometida com o serviço público e sempre me orientou a estar denunciando se fosse preciso. [...] No dia da cirurgia eu senti muito ele cortando, falei para a enfermeira que eu estava sentindo, ela falou para ele, mas mesmo assim ele não quis me dar mais anestesia, e ali eu entendi que ele achou que porque eu sou mulher negra, eu aguento, aquele fetiche de que somos as mais fortes, que aguentam menos anestesia e tudo mais”. - Jaqueline Moreira

2.4.5 “O Interseccional é o que vai nos salvar!”

“O interseccional é o que vai nos salvar se ele for respeitado, se a gente conseguir colocar para as outras companheiras dessa necessidade, porque é urgente. E minha maior alegria é saber que as cotas providenciou isso, a negrada estudou, está fuçando tudo quanto é documento, está enchendo saco de professor e mostrando “essa foi a primeira negra a escrever esse livro” e tudo mais. [...] Então meu feminismo negro que chega com essa fase mais madura, com os debates do Ylá-Dudu, e eu acho que a Uff ajuda muito nesse processo, ela sempre foi imbricada e misturada com os movimentos sociais, fazendo formação [...] E por estar participando dessas questões, você vai tendo mais acesso à Academia né, as leituras, os debates, as formações e a gente vai se apropriando mais das questões

do feminismo. E eu lembro de um artigo que eu li, aos 27 anos, dois anos depois de ter chegado em Angra, que falava sobre as mulheres negras ficarem com o resto que sobrava das mulheres brancas, seja no amor, trabalho, de tudo. E existiam dados, pesquisas da Fiocruz e tudo, e aquilo me bateu mesmo, e me remeteu à época da faculdade”. Jaqueline Moreira

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever sobre o feminismo negro e o conceito de interseccionalidade é tê-los como horizonte de existência e construir pontes concretas para um novo marco civilizatório. E o que isso tem a ver com construção de políticas públicas? Tudo. Não é possível pensar redução de desigualdades, na equiparação de injustiças, pensando a política pela mesma episteme que aprisiona um povo.

Há quem acuse a interseccionalidade ser demasiado teórica, de ser “muita conversa e nenhuma ação.” Para isso eu digo que estamos “falando” sobre a igualdade racial desde a época da escravidão e ainda não estamos nem perto de realizá-la. Em vez de culpar as vozes que destacam problemas, precisamos examinar as estruturas de poder que resistem com tanto sucesso à mudança. (CRENSHAW, 2015 apud COLERATO, 2016).

Para além disso, uma teoria do conhecimento que se propõe denunciar as desigualdades estruturantes e as especificidades que as constituem, é fundamental para formulação, implementação, gestão e avaliação no processo cíclico das políticas públicas. Existe um grande equívoco por parte de analistas e gestores públicos, quando o rechaçam ou não dão a valorização devida, que as ciências sociais têm para se compreender de forma mais aprofundada, as demandas e disparidades intensas que co-existem em numa sociedade complexa como a nossa. E para isso, mudanças sistêmicas precisam ser feitas. Ler literaturas decoloniais se faz importante nesse processo, nessa transição entre instituições regadas de vicissitudes, contemplar e usufruir do aporte teórico que o feminismo dispõe, faz com que mulheres negras que sempre foram visualizadas como o Outro, dentro de um limbo social, se tornem sujeitos políticos.

Em momentos de fascismos, racismos, misoginia e diversas outras opressões estruturantes se ampliando com cada vez mais legitimidade, em que a luta de classes se acirra através das disparidades sociais crescentes na América Latina em África principalmente, continentes historicamente expropriados, trabalhar o conceito entre episteme e prática pode nos suscitar uma transformação deveras de cunho coletivo e que compreenda como estas estruturas estão engendradas também sobre a perspectiva de classe. É importante que seja dito e reafirmado tal aspecto, embora esteja explícito nas relações de poder que estão submetidos a população negra em diáspora.

Nesse sentido, narrar as vivências e trajetórias de mulheres negras e trabalhar o processo de escuta, faz vir à superfície, diversas memórias ancestrais, relatadas pelas mulheres

entrevistadas. Pois com a oralidade enquanto práxis, é possível afirmar que o compartilhamento de saberes e as histórias contadas é forma de resistência contra uma temporalidade e episteme ocidentais. Não há recortes, apêndices nem adjacências para ler àquilo que se é, enquanto mulher negra, enquanto povo em diáspora, logo as relações sociais e raciais que se manifestam decorrente às identidades invisibilizadas não devem ser alicerçadas a partir da mesma caixa de pandora que construiu o mito da democracia racial. Não existem alargamentos conceituais que nos ressignifiquem, se não for escrito de um povo oprimido para este mesmo povo, e tal afirmação não tem relação com intransigência intelectual, mas sim demarcação de lugares sociais que precisam ditos, escritos e fundamentalmente, ouvidos, para um novo fazer político se estruturar, afinal o materialismo histórico também nos pertence.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

COLERATO, Marina. **A importância da interseccionalidade para o movimento feminista**. 2019. São Paulo. Disponível em: modifica.com.br/a-importancia-da-interseccionalidade-para-o-movimento-feminista/#.XelfOJNKjIU. Acesso em 05 dez. 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. **In:** VV.AA. Cruzamento: Raça e Gênero. Brasília: Unifem, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em 05 dez. 2019.

DAVIS, Angela. **A democracia da abolição: Para além do império, das prisões e da tortura**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009. São Paulo, 2016.

GONZALEZ, Lelia. "Por um feminismo afro-latino-americano". Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino, n.1, 2011, p.11-20. "A categoria político-cultural de amefricanidade". **In:** Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n.92-93 (jan-jun), 1988, p. 69-82.

HOOKS, Bell. "*Ain't I a Woman: Black Women and feminism*". Disponível em: plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf. Acesso em: 13 dez. 2019.

LORDE, Audre. "As ferramentas do mestre nunca vão desmantelar a casa-grande". **In:** GELEDES, Instituto da Mulher Negra. 2013.

MBEMBE, Achille. Políticas da Inimizade. Lisboa: Antígona, 2017. **In:** SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TRUTH, Sojourner. Discurso na **Women's Rights Convention em Akron**. 1851. **In:** GELEDES, Instituto da Mulher Negra, 2014.